



Tribunal Regional do Trabalho

16ª Região | Maranhão

Secretaria de Orçamento e Finanças

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DO CONTADOR

2019



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DO CONTADOR

	<b>Apresentação</b>	<b>3</b>
<b>ITEM 1</b>	<b>Demonstrações Contábeis</b>	<b>4</b>
1.1	Balanço Patrimonial	5
1.2	Demonstração das Variações Patrimoniais	8
1.3	Balanço Orçamentário	10
1.4	Balanço Financeiro	12
1.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
1.6	Notas Explicativas	16
<b>ITEM 2</b>	<b>Declaração do Contador</b>	<b>22</b>
<b>ITEM 3</b>	<b>Referências</b>	<b>25</b>



# APRESENTAÇÃO

Estas são as Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Segundo o Manual SIAFI, o objetivo das demonstrações contábeis é divulgar aos usuários os ativos e passivos, as receitas e despesas orçamentárias, bem como as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de determinada entidade, durante o exercício financeiro ou determinado período.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A Conformidade Contábil tem como objeto principal as demonstrações contábeis e suas notas explicativas e deverá oferecer segurança suficiente sobre o resultado da avaliação desse objeto. O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

As Demonstrações Contábeis do TRT16 são compostas de:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas.

De acordo com a Macrofunção 020315 do SIAFI a Declaração Anual do Contador é o documento que evidenciará se as demonstrações contábeis encerradas no exercício estão, em aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI. A Declaração também deverá indicar ao usuário das informações sobre possíveis inconsistências relevantes, para que eles as considerem em suas análises.

A Declaração do Contador é a comunicação direta com o usuário da informação contida nas demonstrações contábeis e deverá refletir a conformidade contábil do mês de encerramento do exercício.

A Declaração Anual do Contador implicará que o contador avaliou se as demonstrações contábeis divulgam apropriadamente as principais políticas contábeis aplicadas; se as estimativas contábeis feitas são razoáveis; se informações apresentadas nas demonstrações contábeis são relevantes, confiáveis, comparáveis e compreensíveis. As informações que deveriam ter sido incluídas foram incluídas e se essas informações estão adequadamente classificadas; e, se as demonstrações contábeis fornecem divulgações adequadas para permitir que os usuários entendam o efeito de transações e eventos relevantes sobre as informações incluídas nas demonstrações contábeis.



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.1 - BALANÇO PATRIMONIAL**

# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>6.221.666,70</b>	<b>5.990.176,35</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>145.018,33</b>	<b>3.205.741,43</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997.120,61	5.082.494,09	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	9.776,83	2.917.073,50
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.541.686,59	166.675,85	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	91.581,10	259.715,10
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	673.762,80	545.113,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	9.096,70	195.892,81	Demais Obrigações a Curto Prazo	43.660,40	28.952,83
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>68.938.781,89</b>	<b>59.713.386,66</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>491.509,96</b>	<b>23.544,33</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	233.757,41	242.449,90	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	484.637,03	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	233.757,41	242.449,90	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	6.872,93	23.544,33
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>636.528,29</b>	<b>3.229.285,76</b>
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	66.751.579,48	57.705.704,89	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	26.622.312,70	27.469.236,25	Resultados Acumulados	74.523.920,30	62.474.277,25
Bens Móveis	32.574.718,01	31.131.777,39	Resultado do Exercício	9.814.450,69	12.514.932,25
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.952.405,31	-3.662.541,14	Resultados de Exercícios Anteriores	62.474.277,25	50.298.561,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.235.192,36	-339.216,31
Bens Imóveis	40.129.266,78	30.236.468,64	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	40.129.561,86	30.236.537,71	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>74.523.920,30</b>	<b>62.474.277,25</b>
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-295,08	-69,07			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.953.445,00	1.765.231,87			
Softwares	1.953.445,00	1.765.231,87			
Softwares	2.747.359,42	2.507.655,37			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-793.914,42	-742.423,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>75.160.448,59</b>	<b>65.703.563,01</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>75.160.448,59</b>	<b>65.703.563,01</b>

# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	3.997.120,61	5.082.494,09	PASSIVO FINANCEIRO	1.916.087,12	3.599.219,75
ATIVO PERMANENTE	71.163.327,98	60.621.068,92	PASSIVO PERMANENTE	537.824,73	2.934.466,98
			SALDO PATRIMONIAL	72.706.536,74	59.169.876,28

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	1.069.951,47
Recursos Vinculados	1.011.082,02
Previdência Social (RPPS)	-
Alienação de Bens e Direitos	132.912,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	878.169,68
<b>TOTAL</b>	<b>2.081.033,49</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.874.442,42	6.900.032,66	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	37.124.043,77	35.995.695,72
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.874.442,42	6.900.032,66	Execução dos Atos Potenciais Passivos	37.124.043,77	35.995.695,72
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.116.777,33	2.002.719,39	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	3.757.665,09	4.897.313,27	Obrigações Contratuais a Executar	37.124.043,77	35.995.695,72
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.874.442,42</b>	<b>6.900.032,66</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.124.043,77</b>	<b>35.995.695,72</b>



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**



# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>278.334.333,40</b>	<b>249.737.572,95</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.596.128,22	3.377.456,06
Impostos	-	-
Taxas	3.596.128,22	3.377.456,06
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	77.945,94	70.262,77
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	77.945,94	70.262,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.173,87	10.251,25
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	134,44	96,37
Variações Monetárias e Cambiais	8.039,43	10.154,88
Transferências e Delegações Recebidas	249.006.223,82	241.527.769,38
Transferências Intragovernamentais	246.441.939,76	238.935.285,79
Transferências Intergovernamentais	1.464.284,06	2.548.282,59
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.100.000,00	44.201,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	25.315.798,95	4.390.298,27
Reavaliação de Ativos	24.456.018,13	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	1.748,64
Ganhos com Desincorporação de Passivos	859.780,82	4.388.549,63
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	330.062,60	361.535,22
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	330.062,60	361.535,22
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>268.519.882,71</b>	<b>237.222.640,70</b>
Pessoal e Encargos	186.632.355,33	176.141.262,98
Remuneração a Pessoal	147.356.228,91	134.865.083,26
Encargos Patronais	25.441.813,75	24.684.552,22
Benefícios a Pessoal	12.830.697,78	15.727.220,82
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.003.614,89	864.406,68
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.653.166,96	21.837.352,35
Aposentadorias e Reformas	22.059.822,34	18.847.886,03
Pensões	3.538.156,86	2.942.529,09
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	55.187,76	46.937,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.439.623,47	24.041.070,56
Uso de Material de Consumo	996.624,70	1.026.515,07
Serviços	20.492.805,79	21.475.311,13
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.950.192,98	1.539.244,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	259,03	1.872,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	159,44	1.145,48
Variações Monetárias e Cambiais	99,59	727,06
Transferências e Delegações Concedidas	8.077.279,80	13.279.335,72
Transferências Intragovernamentais	7.748.285,11	13.105.475,87
Outras Transferências e Delegações Concedidas	328.994,69	173.859,85
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	23.491.586,54	1.632.376,29
Incorporação de Passivos	5.983.607,60	1.632.376,29
Desincorporação de Ativos	17.507.978,94	-
Tributárias	217.403,74	178.747,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	257,88	351,33
Contribuições	217.145,86	178.395,70
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.207,84	110.623,23
Premiações	8.207,84	2.544,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	108.079,23
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>9.814.450,69</b>	<b>12.514.932,25</b>



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	247.943.187,62	247.943.187,62
TOTAL	-	-	247.943.187,62	247.943.187,62
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	216.353.325,00	242.727.973,00	243.702.146,37	243.062.233,73	243.054.643,91	-974.173,37
Pessoal e Encargos Sociais	179.753.741,00	209.077.690,00	210.131.596,63	210.070.654,32	210.070.145,78	-1.053.906,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.599.584,00	33.650.283,00	33.570.549,74	32.991.579,41	32.984.498,13	79.733,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.647.932,00	1.647.932,00	4.241.041,25	3.436.520,05	3.396.336,73	-2.593.109,25
Investimentos	1.647.932,00	1.647.932,00	4.241.041,25	3.436.520,05	3.396.336,73	-2.593.109,25
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	218.001.257,00	244.375.905,00	247.943.187,62	246.498.753,78	246.450.980,64	-3.567.282,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	218.001.257,00	244.375.905,00	247.943.187,62	246.498.753,78	246.450.980,64	-3.567.282,62

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	85.423,17	1.961.520,21	1.616.677,54	1.616.677,54	351.175,29	79.090,55
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	85.423,17	1.961.520,21	1.616.677,54	1.616.677,54	351.175,29	79.090,55
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.317.204,46	1.003.157,86	1.003.157,86	19.281,80	294.764,80
Investimentos	-	1.317.204,46	1.003.157,86	1.003.157,86	19.281,80	294.764,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	85.423,17	3.278.724,67	2.619.835,40	2.619.835,40	370.457,09	373.855,35

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	13.477,75	13.477,75	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	13.477,75	13.477,75	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	169.097,00	169.097,00	-	-
Investimentos	-	169.097,00	169.097,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	182.574,75	182.574,75	-	-



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.4 - BALANÇO FINANCEIRO**

# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.4 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	247.943.187,62	240.949.042,12
Ordinárias	-	-	Ordinárias	223.594.253,76	218.097.115,88
Vinculadas	-	-	Vinculadas	24.348.933,86	22.851.926,24
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	22.813.073,80	17.356.807,00
Recursos a Classificar	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.535.860,06	5.495.119,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	246.441.939,76	238.935.285,79	Transferências Financeiras Concedidas	3.833.382,45	3.717.121,76
Resultantes da Execução Orçamentária	246.399.721,98	238.927.018,98	Resultantes da Execução Orçamentária	1.150,73	-
Sub-repasse Recebido	246.399.721,98	238.927.018,98	Sub-repasse Devolvido	1.150,73	-
Independentes da Execução Orçamentária	42.217,78	8.266,81	Independentes da Execução Orçamentária	3.832.231,72	3.717.121,76
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.015,34	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.024,39	66.962,74
Demais Transferências Recebidas	17.076,17	2.322,11	Demais Transferências Concedidas	32,40	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	17.126,27	5.944,70	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.824.174,93	3.650.159,02
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.149.034,20	9.860.167,20	Pagamentos Extraorçamentários	2.899.777,37	5.847.007,46
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	47.773,14	182.574,75	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	182.574,75	112.247,60
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.444.433,84	3.278.724,67	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.619.835,40	5.725.884,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.894,85	2.021,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	97.366,92	8.875,38
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.561.932,37	6.396.846,57	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,30	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	0,30	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	0,30	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.508.327,03	6.396.846,27			
Demais Recebimentos	53.605,34	-			
Saldo do Exercício Anterior	5.082.494,09	6.800.212,44	Saldo para o Exercício Seguinte	3.997.120,61	5.082.494,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.082.494,09	6.800.212,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.997.120,61	5.082.494,09
<b>TOTAL</b>	<b>258.673.468,05</b>	<b>255.595.665,43</b>	<b>TOTAL</b>	<b>258.673.468,05</b>	<b>255.595.665,43</b>



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

# 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 1.5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.483.218,11</b>	<b>7.906.372,48</b>
INGRESSOS	252.098.766,98	245.334.153,27
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	252.098.766,98	245.334.153,27
Ingressos Extraorçamentários	94.894,85	2.021,21
Transferências Financeiras Recebidas	246.441.939,76	238.935.285,79
Arrecadação de Outra Unidade	5.508.327,03	6.396.846,27
Demais Recebimentos	53.605,34	-
DESEMBOLSOS	-248.615.548,87	-237.427.780,79
Pessoal e Demais Despesas	-219.847.003,31	-208.857.237,24
Judiciário	-187.612.552,35	-176.342.431,25
Previdência Social	-26.254.620,06	-23.370.905,00
Encargos Especiais	-5.979.830,60	-9.143.901,29
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-0,30	0,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-24.837.796,19	-24.844.546,41
Intragovernamentais	-24.837.796,19	-24.844.546,41
Outros Desembolsos Operacionais	-3.930.749,37	-3.725.997,14
Dispêndios Extraorçamentários	-97.366,92	-8.875,38
Transferências Financeiras Concedidas	-3.833.382,45	-3.717.121,76
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-4.568.591,59</b>	<b>-9.624.090,83</b>
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-4.568.591,59	-9.624.090,83
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.169.955,94	-8.428.774,79
Outros Desembolsos de Investimentos	-398.635,65	-1.195.316,04
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-1.085.373,48</b>	<b>-1.717.718,35</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>5.082.494,09</b>	<b>6.800.212,44</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>3.997.120,61</b>	<b>5.082.494,09</b>



**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

# **ITEM 1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **ITEM 1.6 - NOTAS EXPLICATIVAS**



## NOTA 1 – REGISTRO DE IMÓVEIS NO SPIUNET

A tabela ao lado demonstra a composição da conta contábil de Bens Imóveis pertencentes a este Tribunal, referenciando tanto os bens registrados no Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET, quanto os que não estão devidamente registrados.

Destaca-se o avanço na atualização dos valores dos bens imóveis registrados no SPIUNET em 2019.

A ocorrência é resultado da cooperação entre a Secretaria do Patrimônio da União – SPU do Maranhão e diversos setores deste Tribunal – em especial a Coordenação de Material e Logística, responsável por todo o patrimônio deste TRT16 –obtendo as providências necessárias para a devida atualização do registro dos bens.

Apesar do avanço, ainda há imóveis que necessitam de regularização junto ao SPU. Atualmente, cerca de 29% dos bens imóveis do TRT16 ainda estão pendentes de regularização junto ao SPIUNET.

BENS IMÓVEIS	2019 - Saldo R\$	2018 - Saldo R\$
REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 28.477.728,08	R\$ 3.095.569,80
NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 11.651.833,78	R\$ 25.673.169,06
<b>Total BENS IMÓVEIS</b>	<b>R\$ 40.129.561,86</b>	<b>R\$ 28.768.738,86</b>

## ■ BENS REGISTRADOS



**NOTA 2 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS**

Outro ponto a destacar são os valores da Depreciação Acumulada de Bens Imóveis, visivelmente abaixo do esperado, conforme demonstra o quadro ao lado.

Entretanto, com as reavaliações lançadas no final de 2019, acredita-se que esses valores terão maior representatividade no exercício seguinte.

Deve-se registrar que o lançamento da depreciação dos bens da União é competência da SPU, por meio do SPIUNET.

2019	2018
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMOVEIS
Saldo R\$	Saldo R\$
(295,08)	(69,07)

**NOTA 3 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS**

Com a mudança do Sistema de Controle de Patrimônio, houve uma divergência nos valores lançados a título de depreciação mensal, o que desencadeou uma depreciação acumulada desconforme. Isto é, o valor líquido contábil dos bens móveis deste Tribunal registrados no SIAFI está em discordância com o sistema de controle de patrimônio. Já estava em análise durante o exercício de 2019 estudos acerca da revisão dos cálculos utilizados pelo sistema novo para confirmação dos valores do relatório de depreciação. Havendo confirmação, haverá para o exercício seguinte um lançamento que fará o acerto do valor líquido contábil dos bens móveis do TRT16.

A contratação de empresa de prestação de serviço de reparos nos automóveis deste Regional fez ser desnecessária a aquisição frequente de equipamentos e peças de automóveis, motivo pelo qual não há depreciação da conta de Equipamentos, Peças e Acessórios para automóveis.

**NOTA 4 – MUDANÇA NO SISTEMA DE FOLHA**

A mudança no sistema de folha trouxe algumas alterações na rotina mensal deste processo.

A partir do mês de setembro 2019 o sistema novo denominado FolhaWeb foi integralmente utilizado como referência para a folha de pessoal do TRT 16.

Os cálculos efetuados pelo sistema anterior tinham como base 30 dias no mês, enquanto o sistema novo tem como referência a quantidade exata de dias do mês em questão.

Tal diferença gerou algumas divergências de cálculo de progressões, substituições, etc.

**NOTA 5 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Os valores contabilizados diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores deste Tribunal referem-se a registro de passivo de fornecedores/honorários periciais sem suporte orçamentário de exercícios anteriores reconhecidos no exercício de 2019; entrada de material de produção própria concluídos no exercício de 2019; e, reclassificação de passivos administrativos de curto/longo prazo, conforme orientação da Setorial Contábil do CSJT.

Conta Contábil		DEZ/2019 Saldo - R\$ (Conta Contábil)	DEZ/2018 Saldo - R\$ (Conta Contábil)
237110201	SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	(339.216,31)	(93.726,16)
237110300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.618.812,14	(245.490,15)
237150300	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES - INTER MUN	(44.403,47)	
<b>Total</b>		<b>2.235.192,36</b>	<b>(339.216,31)</b>

## NOTA 6 – REGISTRO DE PASSIVOS DE PESSOAL

Em cumprimento da Mensagem CFIN/CSJT 34/2019 o registro dos passivos de pessoal sem suporte orçamentário no exercício de 2019 sofreu uma mudança nos critérios de contabilização.

Anteriormente havia várias subdivisões nas classificações dos passivos (por tipo de passivo, de beneficiário, se ativo/inativo, principal juros e correções monetárias etc.). A nova orientação exigiu os controles da mesma forma, entretanto, o registro do SIAFI ficou simplificado apenas ao tipo de passivo e se esse passivo é de servidor/magistrado/classista com respectivo patronal.

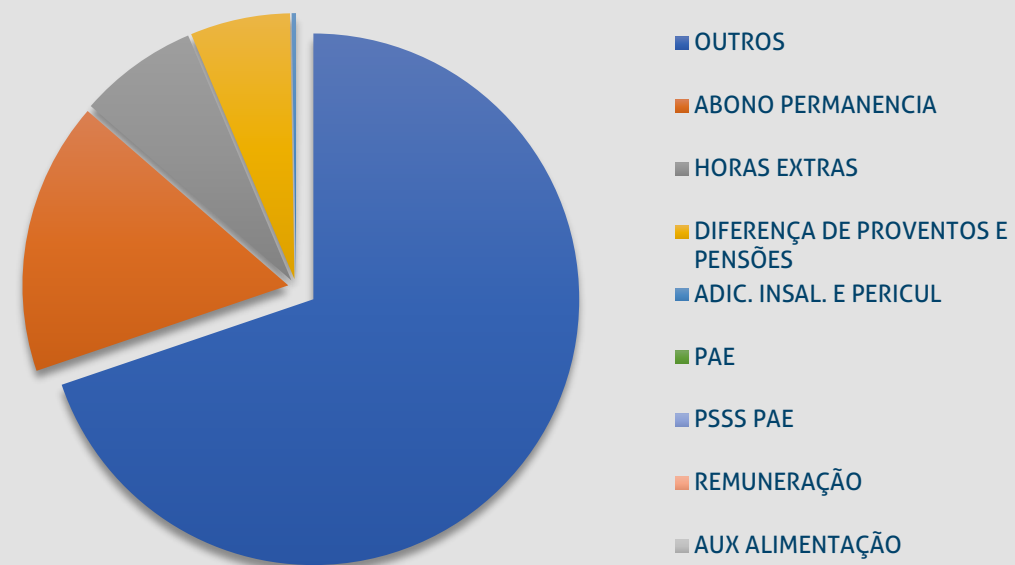
Na mesma mensagem, surgiu a necessidade da troca do registro de tais passivos do curto para o longo prazo. Movimentando o saldo no Balanço Patrimonial do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante.

Os lançamentos dos passivos são feitos com base em planilha apresentada pelo Núcleo da Folha de Pagamento, setor responsável pelo cálculo e atualização desses.

Como é possível verificar na tabela ao lado, houve significativa baixa de valores registrados de 2018 para 2019. Isso se deu pelo pagamento de alguns dos passivos registrados, em especial a PAE – Parcela Autônoma Equivalente com seu respectivo patronal – e o passivo de Remuneração.

Atualmente, o tipo de passivo com maior expressividade no balanço deste Tribunal está caracterizado como “outros”, nele incluídos os valores devidos referente à diferença de GECJ.

## PASSIVOS DE PESSOAL 2019



OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
TIPO	2019	2018
PAE	0,00	2.203.572,40
PSSS PAE	0,00	143.399,02
REMUNERAÇÃO	0,00	465.405,96
AUX ALIMENTAÇÃO	0,00	57.501,28
ABONO PERMANENCIA	80.521,51	1.007,73
ADIC. INSAL. E PERICUL	1.288,85	1.228,40
HORAS EXTRAS	35.229,12	16.646,97
DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES	29.526,91	0,00
OUTROS	338.592,47	27.986,74
<b>TOTAL</b>	<b>485.158,86</b>	<b>2.916.748,50</b>

**NOTA 7 – SALDOS DIVERGENTES ENTRE SCMP E SIAFI**

Ao longo do exercício de 2019, houve doações de bens móveis deste TRT16 para outras entidades.

No momento da baixa desses bens doados, houve divergências relevantes entre os saldos contábeis do SCMP e do SIAFI. A situação se deu por uma falha de processamento do sistema de controle de patrimônio – SCMP – que não refletiu a baixa dos bens doados no saldo da conta contábil respectiva.

Tal divergência surgiu em meados de maio/2019 e apenas foi solucionada em janeiro/2020, dessa forma, o exercício de 2019 foi encerrado com a restrição contábil referente a saldos diferentes nos controles do RMB.



Tribunal Regional do Trabalho

16ª Região | Maranhão

Secretaria de Orçamento e Finanças

## ITEM 2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

## 2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O Setor de Contabilidade Analítica compõe a estrutura da Secretaria de Orçamento e Finanças, vinculada à Diretoria Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. O escopo desta declaração considera as demonstrações contábeis consolidadas da Unidade Gestora 080018 Gestão 00001.

O registro da conformidade contábil é realizado pelo Setor de Contabilidade Analítica, conforme orienta o Manual SIAFI. Este é o um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema onde são executados todos os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis são:

Balanco Patrimonial  
Balanco Orçamentário

Balanco Financeiro  
Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Demonstrações das Variações Patrimoniais  
Notas Explicativas

As demonstrações foram elaboradas em observância às normas contábeis vigentes no Brasil, como a Lei nº 4320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª edição). As DCON foram emitidas a partir de informações constantes do SIAFI e consolidadas das contas contábeis desta unidade integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

## AVANÇOS

Cabe ressaltar que no exercício de 2019 houve a implantação do novo sistema de Folha de Pagamento - FOLHAWeb, já atualizado conforme a Macrofunção SIAFI 02.11.42 – Folha de Pagamento. Esse sistema possibilitou uma uniformização de caráter nacional em termo de elaboração de folha de pagamento da Justiça do Trabalho.

Outro avanço considerável para a melhora da informação contábil foram as atualizações do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP, que proporcionou padronização nacional no que tange à Justiça do Trabalho. Tal sistema possui uma gama de relatórios maior e mais didáticos, com previsão de gastos para meses futuros e verificação de materiais de consumo a vencer; ele também tornou a movimentação de bens mais célere sem perder o controle das transações, mantendo os dados das movimentações dentro do próprio sistema, possibilitando, por conseguinte, a economia em materiais de consumo, tais como de papel.

Também considerado avanço relevante foi a reavaliação dos bens imóveis deste Tribunal junto ao SPU, que possibilitou uma informação mais próxima da realidade desses bens.

### RESSALVAS

Em razão da complexidade das informações e da amplitude e diversidade de alguns processos de trabalho, cabem os seguintes destaques como desafios a serem superados:

- ✓ Apesar do avanço, os registros dos bens imóveis deste Tribunal no SPIUNET ainda estão incompletos, de forma que o valor refletido no Balanço Patrimonial não está adequado à realidade das informações factuais. Tal inadequação se deu por motivos que extrapolam a competência deste Setor de Contabilidade.
- ✓ Pelo motivo acima, fica também prejudicada o lançamento adequado da depreciação dos bens imóveis.
- ✓ Apesar do avanço com o novo sistema de patrimônio, houve alguns entraves quanto ao cálculo da depreciação dos bens móveis, gerando também informação desatualizada na depreciação acumulada destes.
- ✓ Há utilização parcial do princípio da competência.
- ✓ O registro de reavaliação de bens, conforme consta na Macrofunção SIAFI 02.03.35 – Reavaliação e redução ao valor recuperável, com levantamento de informações que reflitam de forma fidedigna as contas patrimoniais.

### DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ressalvas apontadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

São Luís/MA, 11 de março de 2020  
Laena Ticiane Santos Cardoso Barros  
CRC nº MA-012953/O-0  
Contadora Responsável

### CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região atendem as premissas da contabilidade aplicada ao setor público, bem como as macrofunções do SIAFI. São atendidos também as determinações da setorial contábil deste regional localizada no Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.





**Tribunal Regional do Trabalho**  
**16ª Região | Maranhão**  
Secretaria de Orçamento e Finanças

## **ITEM 3 - REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em 11 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) >. Acesso em 11 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) >. Acesso em 11 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Macrofunção SIAFI 020318 - Encerramento Do Exercício. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <[http://https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1554:020318-encerramento-do-exercicio&catid=749&Itemid=376](http://https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1554:020318-encerramento-do-exercicio&catid=749&Itemid=376)>. Acesso em 11 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Macrofunção SIAFI 020315 - Conformidade Contábil. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <[https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1551:020315-conformidade-contabil&catid=749&Itemid=376](https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1551:020315-conformidade-contabil&catid=749&Itemid=376) >. Acesso em 11 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição. Ministério da Fazenda: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484)>. Acesso em 11 de março de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público (NBC TSP). Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em 11 de março de 2020.